

XXX Encontro Nacional de Economia Política
Universidade Federal de Campina Grande
08 a 11 de julho de 2025

Área 3 – Economia e Conjuntura Brasileira

Gabriel Lucena de Mattos*

JEL: B55; J21; J7

Daniel Pereira da Silva**

Ainda sobre a exploração da mulher: Passado e presente da abordagem da Economia Brasileira por Lélia Gonzalez

Resumo

Este artigo apresenta a abordagem de Lélia Gonzalez acerca da dinâmica racial e de gênero do capitalismo brasileiro e avalia em que medida essa abordagem permanece significativa para a análise do mercado de trabalho contemporâneo. Para tanto, realiza-se uma revisão de diversos textos econômicos de Gonzalez, evidenciando a divisão do trabalho por raça e gênero como elemento central da heterogeneidade estrutural e da desigualdade socioeconômica no país, ao condicionar a formação da superpopulação relativa, do exército industrial de reserva, da massa marginal e da força de trabalho alocada em diferentes regimes de acumulação (capitalismo comercial, industrial competitivo e industrial monopolista). Em seguida, procede-se a um levantamento de dados do mercado de trabalho brasileiro, com base na PNAD Contínua (2012-2023), estratificando-se os indicadores de formalidade, ocupação e subemprego por raça e gênero. A análise desses dados aponta para a persistência de disparidades relevantes, especialmente para as populações negra e feminina, ratificando a hipótese de que a interpretação de Gonzalez segue fundamental para explicar a função do racismo e do patriarcalismo na dinâmica econômica do Brasil, mesmo diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave: Trabalho; Raça; Gênero; Economia Brasileira; Gonzalez, Lélia, 1935-1994

* Mestrando em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador do Transforma Economia. Contato: g255211@dac.unicamp.br.

** Pós-doutorando do Instituto de Economia da Unicamp, professor (licenciado) da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Pesquisador associado ao Edital Universal do CNPq nº 402726/2023-5, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza. Contato: danielpsilva@hotmail.com.

Still on the Exploitation of Women: Past and Present in Lélia Gonzalez's Approach to the Brazilian Economy

Abstract

This article outlines Lélia Gonzalez's perspective on the racial and gender dynamics of Brazilian capitalism and evaluates the extent to which her approach remains significant for analyzing the contemporary labor market. To that end, it reviews various economic texts by Gonzalez, highlighting how race- and gender-based labor divisions serve as a central component of Brazil's structural heterogeneity and socioeconomic inequality, shaping the formation of the relative surplus population, the reserve army of labor, the marginal mass, and the workforce allocated among different regimes of accumulation (commercial capitalism, competitive industrial capitalism, and monopolistic industrial capitalism). The study then turns to an analysis of Brazilian labor market data, drawn from the Continuous PNAD (2012–2022), stratifying indicators of formality, employment, and underemployment by race and gender. The analysis of these data indicates the persistence of significant disparities, particularly among Black and female populations, reinforcing the hypothesis that Gonzalez's interpretation remains fundamental for explaining the role of racism and patriarchy in Brazil's economic dynamics, even in the face of transformations in the world of work over recent decades.

Keywords: Labor; Race; Gender; Brazilian Economy; Gonzalez, Lélia, 1935-1994

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a abordagem econômica de Lélia Gonzalez, desenvolvida na segunda metade do século XX, e avaliar em que medida essa abordagem permanece aderente às condições do mercado de trabalho brasileiro diante das transformações trazidas pela globalização financeira e pelo ideário neoliberal. Tomando como referência diversos textos econômicos de Gonzalez (2020a; 2020b; 2020c; 2020d)¹, discute-se de que forma a autora entende a articulação entre classe, raça e gênero em uma formação social marcada pela heterogeneidade estrutural e pela dependência. Ao mesmo tempo, considera-se o contexto atual – que tem como pano de fundo as reformas neoliberais, a precarização e a flexibilização das relações trabalhistas – que redefiniu as dinâmicas de exploração e exclusão, colocando em evidência a

¹ Esses textos se encontram reunidos na coletânea *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, organizada por Flávia Rios e Márcia Lima.

importância de revisitar o arcabouço teórico de Gonzalez para compreender os desafios contemporâneos.

Partindo desse objetivo, a hipótese que orienta o presente estudo é a de que os dados atuais do mercado de trabalho brasileiro corroboram a interpretação de Lélia Gonzalez acerca da dinâmica racial e de gênero do capitalismo no Brasil, evidenciando que essas desigualdades, longe de constituírem aspectos ultrapassados, seguem desempenhando um papel estruturante na conformação do emprego, dadas as determinações interseccionais de classe, raça e gênero.

Como contraponto, uma hipótese alternativa à nossa pode se dar pela consideração de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho — incluindo o fim do período desenvolvimentista, a globalização financeira e a disseminação do ideário neoliberal — teriam provocado o esgotamento ou superação das premissas apresentadas por Lélia Gonzalez, de modo que suas análises sobre as relações raciais e de gênero já não encontrariam aderência significativa no contexto atual. Dessa forma, a realidade contemporânea, marcada pela intensificação da competitividade global, pela flexibilização dos contratos laborais e pela reconfiguração de políticas públicas e direitos trabalhistas, demandaria novos referenciais teóricos para dar conta da dinâmica de classe, raça e gênero no capitalismo brasileiro.

A pesquisa se desenvolve em dois movimentos complementares. O primeiro consiste em revisitar a obra de Lélia Gonzalez, a fim de apresentar a interpretação da autora sobre a dinâmica econômica brasileira, ressaltando a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho. Nessa interpretação, a existência de uma divisão do trabalho por raça e por gênero é destacada como um elemento central para entender o padrão de desigualdade que sustenta as relações socioeconômicas do país. A partir dessa revisão, mostra-se como essas formas de discriminação configuram a superpopulação relativa, o exército industrial de reserva, a massa marginal e a força de trabalho empregada nos distintos regimes de acumulação que coexistem na economia — a saber, o capitalismo comercial, o capitalismo industrial competitivo e o capitalismo industrial monopolista.

No segundo movimento, realiza-se um levantamento de dados empíricos sobre o mercado de trabalho brasileiro, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), no período de 2012 a 2023. Essa etapa busca identificar indicadores de formalidade, ocupação e subemprego, estratificados por raça e gênero, a fim de evidenciar as condições contemporâneas de inserção dos diferentes grupos populacionais. Intenta-se que, ao contrapor a abordagem econômica de Gonzalez aos dados empíricos obtidos, seja possível avaliar a medida em que as proposições da autora mantêm-se relevantes para explicar o contexto atual da funcionalidade racial da economia brasileira.

Para tanto, a primeira seção deste artigo, após essa introdução, centra-se na compreensão do ponto de partida racial na conformação do mercado de trabalho brasileiro, qual proposto por Lélia

Gonzalez. Discute-se como a autora enxerga, do ponto de vista teórico, a heterogeneidade estrutural do capitalismo no país, abrindo espaço para localizar a relevância das hierarquias raciais e de gênero na explicação das desigualdades socioeconômicas. A análise propõe que a população negra ocupa uma posição central na dinâmica do subdesenvolvimento, de modo que a discriminação e a marginalização não sejam vistas como fatores residuais, mas como parte constitutiva da estrutura produtiva.

Na segunda seção, aprofunda-se o debate acerca da força de trabalho negra e seu papel na reprodução do capital, explorando como a distinção entre a marginalidade funcional (exército industrial de reserva) e a marginalidade afuncional (massa marginal) enfatiza o caráter estratégico do racismo. A partir dos referenciais teóricos mobilizados por Gonzalez, examina-se a tensão entre os setores que absorvem a mão de obra excedente e aqueles em que se concentra um contingente supérfluo, evidenciando os mecanismos pelos quais a população negra permanece à margem do mercado de trabalho formal, ainda que cumpra um papel estruturante para a manutenção das relações capitalistas.

Na terceira seção, a análise se volta especificamente para a condição da mulher negra, evidenciando como a lógica de marginalidade discutida na seção anterior assume traços ainda mais profundos quando atravessada pelo gênero. Aborda-se o papel estrutural que essas mulheres vêm desempenhando na reprodução do trabalho e da vida, destacando como o racismo e o patriarcalismo as situam numa posição de dupla vulnerabilidade. Ao detalhar as relações de poder que relegam a mulher negra a funções de cuidado — muitas vezes informais e precarizadas —, a seção revela como essa “marginalidade” é, paradoxalmente, central para a manutenção e expansão das dinâmicas econômicas brasileiras.

Nesta quarta seção, são apresentados indicadores e dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2023, com ênfase nas dimensões de raça e gênero. O objetivo é demonstrar a persistência e as nuances das desigualdades que Lélia Gonzalez havia indicado como estruturantes do capitalismo dependente no país, a partir de aspectos como participação, desemprego, tempo para conseguir emprego, informalidade e rendimento médio. Desse modo, verifica-se se os padrões de marginalização e exclusão, identificados historicamente, permanecem ou assumem novas expressões em função de transformações recentes na dinâmica econômica, indicando a atualidade das proposições da autora.

Por fim, vale ressaltar que a questão racial aqui discutida não se limita a um recorte setorial ou restrito a determinados grupos, mas deve ser encarada de forma transversal, pois estrutura de modo abrangente o mercado de trabalho e a dinâmica econômica do Brasil. Longe de ser um tema à parte, o racismo revela mecanismos centrais de exclusão e desigualdade que permeiam a conjuntura

nacional, demandando uma abordagem integrada que considere simultaneamente a economia brasileira e suas transformações mais amplas.

1. A base racial e a dinâmica econômica brasileira por Lélia Gonzalez

Tomamos como texto de base para esse artigo “Cultura, Etnicidade e Trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” (Gonzalez, 2020a). Nele, Lélia Gonzalez destaca a centralidade do contingente negro na análise das relações socioeconômicas do Brasil. Em vez de relegar essa população a um lugar periférico, a autora sublinha como o racismo permeia a produção e a distribuição de riquezas, revelando a forma pela qual o subdesenvolvimento se edifica no país. Suas reflexões, assim, integram um arcabouço teórico que relaciona raça e gênero às dinâmicas de acumulação do capital em economias periféricas.

No período em que Gonzalez apresentou esse texto, durante o VIII Encontro Nacional da *Latin American Studies Association* em 1979, o modelo de “capitalismo industrial monopolista” (Gonzalez, 2020a, p. 25) apontava seu ocaso. Destarte, a autora já vislumbrava os problemas que levariam ao esgotamento da hegemonia desse padrão de acumulação, à medida que ele perpetuava desigualdades ao bloquear o desenvolvimento equilibrado das forças produtivas na periferia – fenômeno que remete à noção de *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky (1985). Esses problemas eram evidenciados pela inserção restrita de boa parte da população na economia formal, fruto do impacto simultâneo dos fatores externos – dependência neocolonial e submissão aos interesses do capital internacional – e internos – estrutura agrária latifundiária (Gonzalez, 2020a).

A partir desse contexto, a autora enfatiza que as hierarquias baseadas em raça e gênero agravavam a exclusão de certas parcelas da população, sobretudo mulheres e pessoas negras. Na interpretação de Gonzalez, a disparidade no acesso a empregos e rendimentos *não se resume a um efeito colateral do subdesenvolvimento*, mas constitui um mecanismo intrínseco de reprodução das estruturas de poder, favorecendo grupos privilegiados (Gonzalez, 2020a). Assim, seu estudo propõe uma leitura histórica e crítica do modo como essas desigualdades se tornaram parte integrante do capitalismo brasileiro ao longo do século XX.

Para robustecer seu argumento, Gonzalez retoma as contribuições de Karl Marx a respeito da acumulação primitiva (Marx, 2013), avaliando como, no Brasil, esse processo se efetivou de maneira profundamente heterogênea, tendo como referência a experiência histórica das economias desenvolvidas da Europa Ocidental. De fato, no Brasil – e em parte da América Latina - mesmo com a emergência de um setor industrial entre o fim do século XIX e o início do século XX, perpetuaram-se estruturas agrárias de origem colonial, em especial na esfera produtiva vinculada à exportação de matérias-primas. Desse modo, não houve um rompimento claro com as antigas relações de trabalho, inviabilizando a formação de um mercado de trabalho unificado.

Conforme Gonzalez (2020a), contudo, a coexistência de relações produtivas pré-capitalistas com um setor industrial hegemônico não deve ser interpretada como uma dissociação completa dessas esferas. Pelo contrário, formas de exploração derivadas do latifúndio e outras ocupações marginalizadas — frequentemente vistas como não-funcionais — acabam servindo às necessidades do capital industrial, fornecendo mão de obra barata que pressiona os salários e limita o poder de barganha dos trabalhadores formais. Isso significa que a manutenção desse quadro heterogêneo atende, de modo estratégico, aos interesses do setor industrial.

Como ponto de partida para a compreensão desse contexto, Gonzalez se vale de categorias marxianas, em especial a “superpopulação relativa”, o “exército industrial de reserva” e o conceito de “massa marginal” elaborado por José Nun (1978; 2001). Em sua perspectiva, o racismo desempenha um papel determinante na constituição desses contingentes, já que grande parte dos indivíduos que permanecem à margem do emprego formal são negros. Desse modo, ao analisar as dinâmicas da informalidade, do subemprego e do desemprego no Brasil, a autora salienta como a discriminação racial atua de forma sistemática para reforçar as desigualdades que atravessam a sociedade brasileira.

Gonzalez destaca que o racismo — entendido como construção ideológica e conjunto de práticas — foi perpetuado e reforçado após a abolição da escravatura, beneficiando determinados interesses (Gonzalez, 2020a). Referenciada em Althusser (1967), a autora argumenta que, em sociedades de classes, a ideologia tende a oferecer uma representação distorcida da realidade, justamente por ser orientada a *manter indivíduos em seus respectivos lugares no sistema de exploração*. Assim, o discurso racista cumpre a função de naturalizar e legitimar a posição subalterna dos negros, impedindo a percepção do caráter estrutural das disparidades socioeconômicas (Gonzalez, 2020b).

Nessa linha, a autora observa que muitas interpretações sobre a situação da população negra no Brasil não conseguem “escapar às astúcias da razão ocidental” (Gonzalez, 2020a, p. 31). Em geral, tais abordagens recairiam em discursos neocoloniais, quer por transplantarem conceitos de outras realidades sem qualquer mediação, quer por se apoiarem em abstrações que ignoram as experiências concretas do povo negro. Para Gonzalez, esse problema se manifesta na forma de explicações que desconsideram o racismo como fator estruturante das relações de trabalho, enxergando-o, quando muito, como um elemento acessório ou conjuntural.

Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá, se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. (Hasenbalg, 1979, p. 113-114, apud Gonzalez 2020b, p.56)

A autora, então, se volta para as tendências analíticas das relações raciais no Brasil, evidenciando que a sociologia acadêmica frequentemente avaliou a integração e assimilação do negro como decorrência do processo de modernização industrial. Desse ponto de vista, a exclusão racial seria resultado do despreparo dos ex-escravizados e seus descendentes para assumir os papéis de sujeito livre, principalmente na esfera do trabalho (Gonzalez, 2020a). Gonzalez cita a ironia de Clóvis Moura em *O negro: de bom escravo a mau cidadão* (Moura, 1977) para questionar autores como Florestan Fernandes (1965) e Octavio Ianni (1962), que atribuíam a persistência das desigualdades raciais a fatores como a condição negra de “cultura da pobreza, anomia social, família desestruturada” (Gonzalez, 2020a, p. 32). Para ela, tais visões ignoram tanto o fato de que a maior parte dos negros já estava livre em 1888 – e, portanto, articulados ao trabalho livre –, quanto o papel ativo dos brancos e suas instituições na manutenção do status quo racial.

Gonzalez chama atenção, então, para a necessidade de se compreender o problema da inserção dos negros na sociedade capitalista não apenas sob o ponto de vista econômico, mas também nas instâncias políticas e ideológicas. Segundo a autora,

(...) se quisermos tratar do problema da participação, a passagem para uma outra esfera — a das práticas sociais — se torna necessária a fim de se evitar o risco de cair no economicismo. E isso implicaria uma indagação mais ampla, que se dirigiria àquelas instâncias que, junto com a economia, limitam objetivamente os diversos comportamentos possíveis dos atores.” (Gonzalez, 2020a, p. 28)

É na instância política que, segundo a autora, ocorre “à distinção entre integração social (relações harmônicas ou conflituosas entre os atores) e integração dos sistemas (relações harmônicas ou conflituosas entre as partes de um sistema social)” (Gonzalez, 2020a, p. 28). Ou seja, Gonzalez defende que a possibilidade dos sujeitos se integrarem socialmente – como a população negra costuma ser pensada na passagem da sociedade de trabalho escravizado para aquela de trabalho livre (Fernandes, 1965) – guarda distinções em relação à possibilidade de integração sistêmica entre diferentes os processos de acumulação de capital que convivem no interior da economia brasileira e caracterizam formas distintas de exploração da força de trabalho.

Para a autora, não perceber essa diferença faz com que se conceba que o capitalismo desigual e combinado levante questão somente a um tipo de integração: aquela entre a margem capitalista e suas funções centrais. Desta concepção, são desenvolvidas temáticas dualistas de “adaptação/alienação, norma/poder, consenso/conflito etc., o que os impede de perceber o fenômeno como um indício das contradições estruturais do sistema” (Gonzalez, 2020a, p. 28).

A marginalização racial, assim, não se reduziria à mera consequência de ineficiências produtivas, mas integraria um sistema mais amplo, no qual política, ideologia e economia se articulam para manter determinadas hierarquias. A fim de ilustrar os diferentes níveis de não

integração social dos trabalhadores, especialmente na periferia capitalista, Gonzalez retoma as proposições de Nun (2001) sobre três tipos de inserção em sociedades de desenvolvimento desigual e combinado:

1. Tipo A: abrange os diferentes modos de fixação da mão de obra e se divide em quatro categorias principais:

a) **rural “por conta própria”** (comunidades indígenas, minifúndios de subsistência, pequenos mineiros etc.);

b) **rural “sob patrão”** (colonos semisservis de fazendas tradicionais, comunidades “dependentes” ou “cativas”, trabalhadores “vinculados” por métodos coercitivos etc.);

c) **urbano “por conta própria”** (pequenos artesãos pré-capitalistas);

d) **urbano “sob patrão”** (trabalhadores, sobretudo em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em dinheiro).

2. Tipo B: constituído por mão de obra livre que fracassa, total ou parcialmente, na tentativa de se incorporar de forma estável no mercado de trabalho. A diferença fundamental, nesse caso, permite distinguir as variedades rural e urbana [do tipo A] das formas compreendidas no tipo [B]: o desemprego aberto, a ocupação “refúgio” em serviços puros, o trabalho ocasional, o trabalho intermitente e o trabalho por temporada.

3. Tipo C: inclui assalariados dos setores menos modernizados que se caracterizam por condições muito rigorosas de trabalho, escassa aplicação da legislação social e remuneração em torno do nível de sobrevivência. Na medida em que aqui também se impõem as variedades rural e urbana, vale notar que, enquanto nessa última as manifestações tendem a se localizar em empresas de baixa produtividade, o mesmo não ocorre necessariamente no campo. (Gonzalez, 2020a, p. 30, grifo do original)

Nesses termos, Gonzalez chama atenção para a ampla “integração marginal” que marca o capitalismo brasileiro, na qual, dialeticamente, as parcelas da força de trabalho não absorvidas de forma plena se fazem funcionais à fragmentação do mercado de trabalho. Essa contradição se observa em relação a duas categorias com maior grau de integração: (D) o “produtor rural direto” e (E) a “mão de obra assalariada” inserida, de maneira estável, nos setores modernizados do campo e da cidade. Nessa perspectiva, a autora demarca o espaço que abriga, em última instância, a forma pela qual a população negra se vê submetida a processos de exclusão ou subordinação agravados pelo racismo (Gonzalez, 2020a, p. 31).

Outra forma de apresentar essa integração substantiva é tomá-la nos termos de Nun (2001), que propõe um duplo eixo de gradação, dados por: (1) “Acesso à terra: desde o minifúndio de subsistência até o produtor tipo ‘farmer’, passando pelas formas híbridas de atividade assalariada temporária” (Gonzalez, 2020a, p. 31); e (2) “Constituição do trabalhador livre: desde a mão de obra “fixada” até a força de trabalho incorporada aos setores mais modernos passando pelas categorias incluídas no tipo B e C” (Gonzalez, 2020a, p. 31).

Cabe, então, apresentar os distintos processos de acumulação capitalista que, segundo Gonzalez (2020a), coexistem no Brasil até o advento da globalização financeira, articulando as

funcionalidades sistêmicas da discriminação racial nas diversas formas de inserção da população negra — aquelas situadas nos tipos A, B e C descritos acima. Conforme a autora, esses processos de acumulação são: (1) do capital comercial, (2) do capital industrial competitivo e (3) do capital industrial monopolista. O subdesenvolvimento brasileiro — assim como o latino-americano — expressa seu caráter “combinado” ao manter três regimes de acumulação com diferentes lógicas de exploração, cada qual vinculada a momentos históricos próprios, o que “também concernem uma mescla de momentos históricos diversos” (Gonzalez, 2020a, p. 27).

O capital comercial se caracteriza, segundo Gonzalez (2020a), pela exploração da força de trabalho por formas de fixação. Por fixação, entende-se a submissão não assalariada da lida aos proprietários dos meios de produção, que ocorre pela concessão do uso da terra ou de instrumentos de trabalho combinada ao avanço sobre o fundo de consumo dos trabalhadores. Em outras palavras, a remuneração da mão de obra por valores inferiores àqueles necessários para a reprodução da força de trabalho. Assim, esse trabalho “fixo” se encontra em posição intermediária entre o regime escravocrata puro e a forma de trabalho capitalista verdadeiramente livre, em que o salário corresponderia ao valor efetivo da força de trabalho.

O surgimento do trabalho livre — e, conseqüentemente, de um mercado de trabalho — tem lugar nos processos de acumulação do capital industrial, que a autora desdobra em capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Este último adquire hegemonia na economia brasileira a partir da segunda metade do século XX, caracterizando-se por altas taxas de lucro, baixo peso relativo dos salários e condições de estabilidade para os trabalhadores, o que viabiliza “salários maiores, cumprimento das leis sociais, capacidade de negociação com organizações trabalhistas, etc.” (Gonzalez, 2020a, p. 26). Nesse padrão de acumulação, evidencia-se alguma possibilidade de ascensão pessoal dentro das empresas, ainda que restrita a uma parcela minoritária de empregados.

Já o capital industrial competitivo se encontra subordinado ao monopolista ou limitado por ele, visto que apresenta “demanda instável; margem de lucro pequena ou flutuante; créditos restringidos; baixa produtividade; grande contingente de mão de obra” (Gonzalez, 2020a, p. 26). Nessa esfera, as especificidades do mercado de trabalho — aliadas às oscilações de demanda e à dificuldade de acesso a financiamentos — resultam em pressão sobre os salários e, muitas vezes, em não cumprimento das leis sociais. Apesar disso, os trabalhadores inseridos nesse segmento ainda contam com algum grau de proteção trabalhista e relativa estabilidade empregatícia, permitindo, ao menos em uma perspectiva intergeracional, expectativas de mobilidade social.

2. A contradição entre o funcional e o afuncional: o lugar do negro na força de trabalho

Para explorar as conexões entre os processos de acumulação recém-mencionados e a forma como o racismo se manifesta em cada um deles, Lélia Gonzalez retoma o debate de José Nun

(2001) sobre a funcionalidade da superpopulação relativa. Nesse quadro, a autora sublinha o papel específico da massa marginal, composta por trabalhadoras e trabalhadores cuja presença não atende diretamente às necessidades do capital monopolista dominante, tornando-se, portanto, supérflua a esse padrão de acumulação. Como resultado, a massa marginal aprofunda a complexidade das posições que a classe trabalhadora pode ocupar — isto é, entre a força de trabalho ativa, o exército industrial de reserva e a própria massa marginal —, dentro de um contexto em que as determinações de gênero e raça intensificam o quadro de desigualdade.

Segundo Gonzalez (2020a, p. 27), a massa marginal se distribui em quatro grandes segmentos do mercado de trabalho: (a) parcela absorvida pelo capital industrial competitivo; (b) maioria do contingente ocupado no setor terciário de baixa remuneração; (c) aqueles que compõem o grupo de desocupados; e (d) a força de trabalho subordinada ao capital comercial. A partir dessas subdivisões, a autora relaciona o exército industrial de reserva (EIR) a cada modalidade de capital. Para o capital industrial competitivo, o EIR é concebido por $b + c + d$, enquanto, para o capital industrial monopolista, resulta de $a + b + c$. Em ambos os casos, a massa marginal se constitui em uma marginalidade afuncional (isto é, alheia às exigências imediatas de cada fração do capital), ao passo que o EIR se configura como marginalidade funcional, cujo papel é pressionar os salários e regular a disponibilidade de mão de obra para os setores dinâmicos.

Essa distinção entre marginalidade funcional (EIR) e afuncional (massa marginal) permite a Gonzalez reinterpretar o conceito de superpopulação relativa em economias marcadas por um “desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação” e “gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica” (Nun, 1978, p. 126, apud Gonzalez, 2020a, p. 28). A “não funcionalidade” da massa marginal, ressalta a autora, converte-se em “afuncionalidade”, o que paradoxalmente “favorece os diferentes níveis de autonomia dos subsistemas em que se acha contida.” (Gonzalez, 2020a, p. 29). Nesse sentido, a aparente desintegração desses trabalhadores, longe de ameaçar o sistema, acaba contribuindo para sua manutenção, pois impede que as contradições estruturais se convertam em rupturas mais profundas.

Gonzalez enfatiza que esse equilíbrio “nada tem de estático” (Gonzalez, 2020a, p. 29), pois resulta de pressões constantes que exigem “a multiplicação de alianças e compromissos frequentemente instáveis”, mediadas em grande parte pela atuação do Estado. Em outras palavras, a presença de um contingente de trabalhadoras e trabalhadores que não se encaixam nos processos de acumulação dominantes constitui uma *solução de compromisso*: essas pessoas permanecem fora dos circuitos centrais de produção, mas ocupam nichos de subsistência e informalidade, exercendo funções que não ameaçam frontalmente a reprodução das relações capitalistas.

Embora parte dessa massa marginal esteja envolvida em atividades precárias, sob a alçada do capital industrial competitivo ou do capital comercial, a autora mostra que existe um componente especificamente racial nessas dinâmicas. Historicamente, a população negra no Brasil foi excluída dos melhores postos no setor industrial nascente, como indicam, por exemplo, os registros de Mário Theodoro, segundo os quais, no início do século XX, cerca de 90% da mão de obra industrial em São Paulo era de imigrantes europeus (Theodoro, 2022, p. 125). Em decorrência disso, “salários relativamente estáveis” e acesso a direitos trabalhistas foram privilégios majoritariamente brancos, ainda que se tratasse de ocupações com baixa remuneração e condições adversas.

Para os negros, restou, em grande medida, a inserção em ocupações informais, intermitentes ou domésticas, em que a possibilidade de ascender socialmente era mínima. Gonzalez observa que, apesar de o exército industrial de reserva cumprir uma função essencial para o capital (ao pressionar os salários e disciplinar a força de trabalho ocupada), a maior parte da população negra sequer chegava a integrar esse contingente no capital monopolista, tornando-se, pois, uma massa marginal praticamente alheia à disputa pelas vagas formais. Ao não serem sequer cogitadas como reserva de mão de obra, pessoas negras permaneciam em posições nas quais o racismo — como ideologia e prática social — assegurava sua exclusão sistêmica, porém ainda funcional à lógica de exploração.

Dessa forma, Lélia Gonzalez argumenta que o racismo não é um resquício do passado escravocrata, mas um componente essencial do capitalismo dependente no Brasil. A população negra, mantida em postos de menor prestígio, cria condições para que parte dos brancos desfrute de custos de vida reduzidos e oportunidades de ascensão social, como analisam Theodoro (2022) e Souza (2023). Assim, a desigualdade racial sustenta a fragmentação do mercado de trabalho, impede a universalização de direitos e potencializa os discursos meritocráticos que legitimam a concentração de riqueza e poder nas camadas brancas. Nesse sentido, a “afuncionalidade” da massa marginal opera como peça-chave na engrenagem que articula discriminação, superpopulação relativa e subdesenvolvimento, compondo um quadro em que o Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor, e o Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, se amalgamam no mesmo projeto excludente (Gonzalez, 2020a).

3. A mulher negra e sua marginalidade central para a economia brasileira

Em seu esforço de resgatar a maioria da população quanto ao seu papel estrutural à economia brasileira, Lélia Gonzalez se volta, de maneira substancial, às condições de trabalho da mulher negra no país. Segundo a autora, a posição que esse grupo ocupa do ponto de vista socioeconômico é a atualização das funções já reservadas a ele no período da escravidão, isso é, o de *mucama*.

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre 'livre' das sinhazinhas. [...] Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço. (Gonzalez, 2020b, p. 53)

Desse lugar, a mulher negra assume a função de ser basilar à sociedade. “Foi o sustento moral e a substância dos demais membros da família”, sendo obrigada a “dividir o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares” (Gonzalez, 2020a, 40). As funções de cuidado, portanto – o cuidado das crianças, o preparo de alimentos, lavar, passar, limpar, servir etc. – recaem sobre essas mulheres. Trata-se de uma sociabilidade ampla e penosa que, do ponto de vista espacial, se estende de sua moradia à moradia de seus patrões e, do ponto de vista temporal, compreende, diariamente, antecipar o sol e ser a última a dormir.

Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam um comportamento “desajustado” que os torna “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar”. (Gonzalez, 2020b, p. 58-59)

O que patenteia o processo de exclusão da mulher negra, assim, é o papel social que lhe é atribuído. Um dos principais significantes associados à ela, o “doméstica”, marca, de fato, o seu lugar “natural”: “empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. [...] Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação” (Gonzalez, 2020a, p. 44).

Segundo Gonzalez, a partir do Censo de 1950, 90% das mulheres negras tinham sua atividade econômica concentrada no setor de serviços pessoais (Gonzalez, 2020b, p. 57). Mesmo com a crescente urbanização, a que o século XX experimenta, a força de trabalho das mulheres negras segue restrita, inclusive nos campos em que o trabalho feminino é o mais requisitado (prestação de serviços em escritórios, bancos, etc.). A baixa escolaridade e as exigências explícitas de “educação” e “boa aparência”, se fazem de subterfúgio para exclusão, em uma sociedade que desenvolveu formas veladas e extremamente eficazes de segregação racial (Gonzalez, 2020c, p. 135).

Mesmo nos dias atuais, em que se constata melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta². (Gonzalez, 2020a, p. 41-42)

A autora observa, ainda, que o crescimento das classes médias não significou a ampliação das oportunidades no mercado de trabalho para negros e negras, senão que promoveu uma deterioração de suas possibilidades (Gonzalez, 2020a). A verdadeira divisão racial do trabalho que conduz a modernização econômica brasileira, conferiu uma tarefa essencial a esse grupo: o de ser sustentáculo da ascensão das famílias brancas que puderam relegar grande parte das funções de reprodução da vida ao trabalho informal e precarizado de homens e, sobretudo, mulheres negras. “A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada” (Gonzalez, 2020a, p. 42-43)

De forma muito eficiente, a reincidência deliberada de condições sociais e econômicas degradantes, impedia que as famílias negras rompessem com o ciclo de pobreza e vulnerabilidade, o que alimentava, sistêmica e intergeracionalmente, a oferta de serviços de cuidado a custos extremamente baixos. Esses serviços, vale dizer, atendiam as famílias brancas, desde aquelas de classe média baixa, sendo uma engrenagem essencial para a possibilidade de que os membros dessa família pudessem se dedicar a atividades econômicas de melhor remuneração. Essa dinâmica promove, geração após geração, que tanto a ascensão quanto a estagnação social sejam racialmente determinadas e intimamente alinhadas. Essa condição é observada por Francisco de Oliveira (2013), embora o autor não observe os determinantes raciais que Gonzalez explicita:

Mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e até dentro das famílias, podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação. Serviços que, para serem prestados fora das famílias, exigiram uma infraestrutura de que as cidades não dispõem e, evidentemente, uma base de acumulação capitalística que não existe. [...] Comparado com um americano médio, um brasileiro da classe média, com rendimentos monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais alto, incluindo-se neste todo tipo de serviços pessoais no nível da família, *basicamente sustentado na exploração da mão de obra, sobretudo feminina*. (Oliveira, 2013, p. 58, nota 20, grifos nosso)

² Segundo Gonzalez (2020b, p. 57): “Não são poucos os casos de rejeição, principalmente em multinacionais (que possuem como código de discriminação a sigla CR, “colored”, colocada nos testes de admissão de candidatas negras para cargos mais elevados como o de secretária bilíngue ou trilingue, por exemplo)”.

Desta forma, as pessoas negras, e as mulheres em especial, foram excluídas da participação do processo de desenvolvimento desigual e combinado, sendo destinadas à condição de massa marginal, tanto do setor hegemônico – o do capital industrial monopolista – quanto do principal setor que o orbita, o do capital industrial competitivo. Desse lugar relativo elas podem exercer o que lhe é permitido: “desemprego aberto ou não, ocupações ‘refúgio’ em serviços puros³, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada, etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.” (Gonzalez, 2020b, p. 58).

4. As desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho brasileiro entre 2012-2023

Os textos de Lélia Gonzalez, aqui explorados, foram publicados entre 1979 e 1995. Embora essas obras focalizem o período até a década de 1970, nossa hipótese é de que suas análises continuam pertinentes. Nesta seção, apresentamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) para reforçar a atualidade da abordagem econômica da autora, concentrando-nos em indicadores centrais do mercado de trabalho: participação, desemprego, tempo para conseguir emprego, informalidade e rendimento médio.

Conforme discutido, o conceito de “massa marginal” ocupa papel central na compreensão de como o trabalho negro se torna funcional à dinâmica econômica brasileira. Para Gonzalez (2020a, p. 22), a massa marginal tem um caráter heurístico: ao evidenciar falhas na integração dos sistemas, permite compreender como tais falhas definem padrões específicos de inserção de brancos e negros. Os indicadores mencionados, então, auxiliam a avaliar a atualidade desse conceito. Optamos pelo período de 2012 a 2023 porque a PNADc teve início em 2012 — antes disso, utilizava-se a PNAD, com metodologia distinta⁴.

Uma análise mais ampla da desigualdade racial no âmbito econômico revela que ela se manifesta antes mesmo da inserção efetiva das pessoas no mercado de trabalho, como demonstrado pela taxa de participação. Esse indicador, que mede a razão entre a população economicamente ativa (PEA) — formada por quem trabalha ou procura emprego — e a população em idade de trabalhar (PIA) — constituída por indivíduos acima de 14 anos — aponta, entre as mulheres negras, um salto de 50,0% para 54,5% entre 2012 e 2022, o que representa mais de 5 milhões de novos

³As “ocupações ‘refúgio’ em serviços puros” referem-se àquelas atividades predominantemente informais, não especializadas e de baixa remuneração, exercidas principalmente no setor de serviços, sem produção de bens tangíveis (Gonzalez, 2020b; 2020d). São chamadas de “refúgio” porque constituem uma alternativa de subsistência para quem não consegue ingressar de forma estável no mercado de trabalho: a pessoa se “refugia” em ocupações precárias, muitas vezes realizadas por conta própria (sem carteira assinada ou contratos formais), a exemplo de trabalho doméstico eventual, pequenos serviços de reparação, cuidados pontuais, atividades ambulantes etc. Esses postos se caracterizam pela ausência de proteção social, baixos rendimentos e altos graus de vulnerabilidade, compondo, assim, a face mais frágil do segmento de serviços no capitalismo dependente.

⁴ Embora a PNADc tenha passado por alterações em algumas variáveis entre 2012 e 2017, ainda é possível comparar todos os trimestres da série, o que demandaria ajustes metodológicos e estatísticos caso estendêssemos a análise para o período pré-2012.

ingressos. Já no caso das mulheres brancas, a taxa permaneceu praticamente estável, indo de 53,9% para 54,6% — um acréscimo de apenas 1 milhão na PEA. Em sintonia com as reflexões de Gonzalez, esse contraste indica que, ainda que as mulheres negras venham ampliando sua participação, elas continuam sub-representadas diante de barreiras históricas e estruturais, o que se reflete no contingente significativo que segue fora do mercado.

Contudo, a análise da taxa de participação também evidencia desigualdades importantes entre homens brancos e negros. Enquanto os primeiros tiveram um decréscimo de 75% para 73% (com uma redução de cerca de 200 mil pessoas na PEA), os homens negros passaram de 74% para 72%, porém registraram um acréscimo de 5 milhões de indivíduos em idade ativa que optaram por não procurar emprego — fenômeno observado de modo semelhante entre as mulheres negras. Sob a ótica de Lélia Gonzalez, esse quadro reforça a concepção de massa marginal, na qual a população negra (homens e mulheres) é sistematicamente excluída do acesso tanto a empregos formais quanto a políticas públicas que promovam sua permanência ou ascensão laboral. Assim, ainda que as mulheres negras estejam no foco da discussão de Gonzalez, a redução da participação dos homens negros expõe outras dinâmicas de discriminação, ilustrando a persistência de entraves no mercado de trabalho para toda a população negra.

Esses dados corroboram a tese de que as desigualdades estruturais dialogam com processos históricos e culturais de subjugação, afetando tanto as mulheres quanto os homens negros — embora, como destaca Gonzalez, as primeiras enfrentem cargas adicionais devido à sobreposição do cuidado doméstico e das ocupações precarizadas. Se, por um lado, as mulheres negras são frequentemente associadas ao papel de “doméstica”, com jornadas triplas e baixa valorização salarial, por outro, os homens negros também vivenciam essa marginalização. Tal situação reforça a centralidade do racismo e do patriarcalismo na organização do mercado de trabalho brasileiro, confirmando a atualidade das análises propostas por Gonzalez na compreensão das disparidades ocupacionais contemporâneas.

Uma parte significativa dos homens aponta a escassez de oportunidades na localidade como principal motivo para não encontrar emprego, ao passo que, entre as mulheres, prevalecem as responsabilidades de cuidado. Esses dados, sintetizados na Tabela 1, corroboram a interpretação de Lélia Gonzalez: quando o trabalho doméstico e o cuidado familiar não são reconhecidos nem remunerados, a ausência das mulheres no mercado cumpre uma função no sistema capitalista, assegurando uma provisão de serviços a custo quase nulo. Sobretudo para as mulheres negras, essa dinâmica aprofunda os ciclos de exclusão e vulnerabilidade econômica, reforçando o papel histórico que elas exercem como sustentáculo — porém invisível — de outras estruturas laborais.

Além disso, a Tabela 1 mostra que a dedicação aos estudos constitui um motivo mais recorrente entre os brancos que abrem mão de buscar emprego, enquanto problemas de saúde

incidem de forma mais acentuada na população negra, impedindo-a de ingressar no mercado em proporção maior do que ocorre entre os brancos. Tais disparidades reforçam a lógica de desigualdade observada por Gonzalez: negros e, em particular, as mulheres negras, veem-se impedidos de ampliar sua formação acadêmica ou profissional por conta do trabalho não remunerado e das restrições de acesso a serviços de saúde, perpetuando a condição de “massa marginal” que permanece à margem do crescimento econômico formal.

Tabela 1 - PEA, Taxa de Participação e PIA fora da PEA do terceiro trimestre de 2022

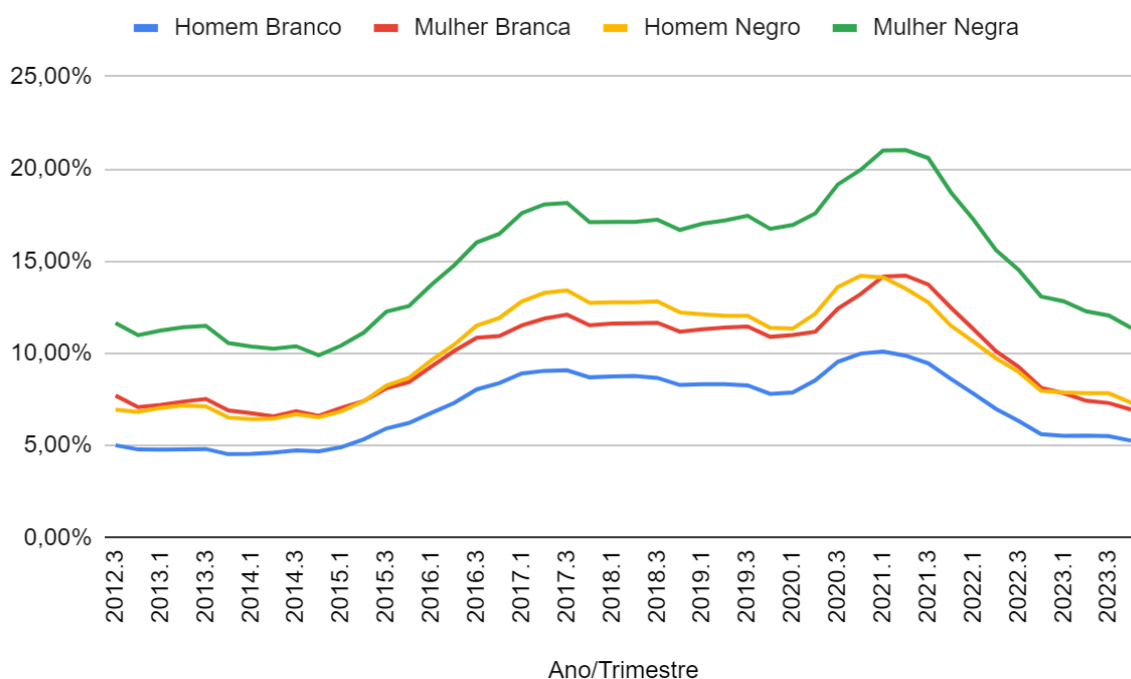
	Homens Branco	Mulheres Brancas	Homens Negros	Mulheres Negras
População Economicamente Ativa	25.833.948	21.528.251	34.354.656	25.694.234
Taxa de Participação	72,66%	54,6%	72,53%	54,5%
PIA sem procurar trabalho	9.667.170	17.841.429	12.926.117	23.114.789
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	0,14%	0,07%	0,19%	0,11%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	0,58%	0,33%	1,03%	0,42%
Não conseguia trabalho adequado	1,48%	1,15%	2,41%	1,64%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	0,48%	0,35%	0,79%	0,60%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	0,92%	0,67%	1,19%	0,75%
Não havia trabalho na localidade	2,63%	1,92%	7,39%	5,12%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s)	0,38%	3,49%	0,61%	6,12%
Estava estudando (curso de	2,46%	1,64%	3,23%	1,95%

	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Negros	Mulheres Negras
qualquer tipo ou por conta própria)				
Por problema de saúde ou gravidez	2,18%	1,87%	3,31%	2,74%

Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

Ao adentrarmos efetivamente no mercado de trabalho, percebe-se como a intersecção entre raça e gênero exerce um papel determinante. Tal desigualdade mantém-se presente ao longo de toda a série histórica, refletindo tanto os períodos de expansão quanto os momentos de retração econômica, conforme indica o Gráfico 1. Em cenários de crise, a vulnerabilidade das pessoas negras se intensifica: por um lado, elas tendem a ser as primeiras demitidas – possivelmente para preservar a saúde financeira das empresas –; por outro, muitas buscam ativamente ocupações, mas não as encontram, agravando o quadro de desemprego.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação por raça e gênero, do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2023⁵



Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria

⁵ Assim como nos gráficos seguintes, os dados apresentados consideram a média móvel dos três trimestres anteriores. Como a PNADc iniciou-se no primeiro trimestre de 2012, os dados começaram no terceiro trimestre de 2012.

Embora a taxa de desocupação tenha subido também entre as pessoas brancas, a elevação foi maior na população negra. Na pandemia, ocorreu uma inversão transitória, em que o desemprego das mulheres brancas superou o dos homens negros — provavelmente por conta de exigências de cuidado acentuadas pela crise sanitária. Ainda assim, em todos os recortes analisados, as mulheres negras permaneceram no topo das dificuldades de inserção, confirmando seu lugar especialmente desprivilegiado dentro da estratificação racial e de gênero no trabalho.

A dificuldade de inserção também se evidencia na duração da busca por emprego, conforme indicado na Tabela 2. Embora um número maior de mulheres negras tenha obtido trabalho ao longo do período, quase 33% delas levaram mais de dois anos para encontrar uma ocupação. Ainda que, para a maioria dos grupos, a procura tenha se concentrado em intervalos entre mais de um mês e menos de um ano, destacam-se as diferenças: entre os homens brancos, a proporção que conseguiu colocação nesse espaço de tempo é 8,1 pontos percentuais maior do que a das mulheres negras. No geral, portanto, os homens ingressam com mais rapidez no mercado de trabalho, reforçando a disparidade entre gêneros.

Tabela 2 - Tempo para conseguir emprego, por raça e gênero, no terceiro trimestre de 2022

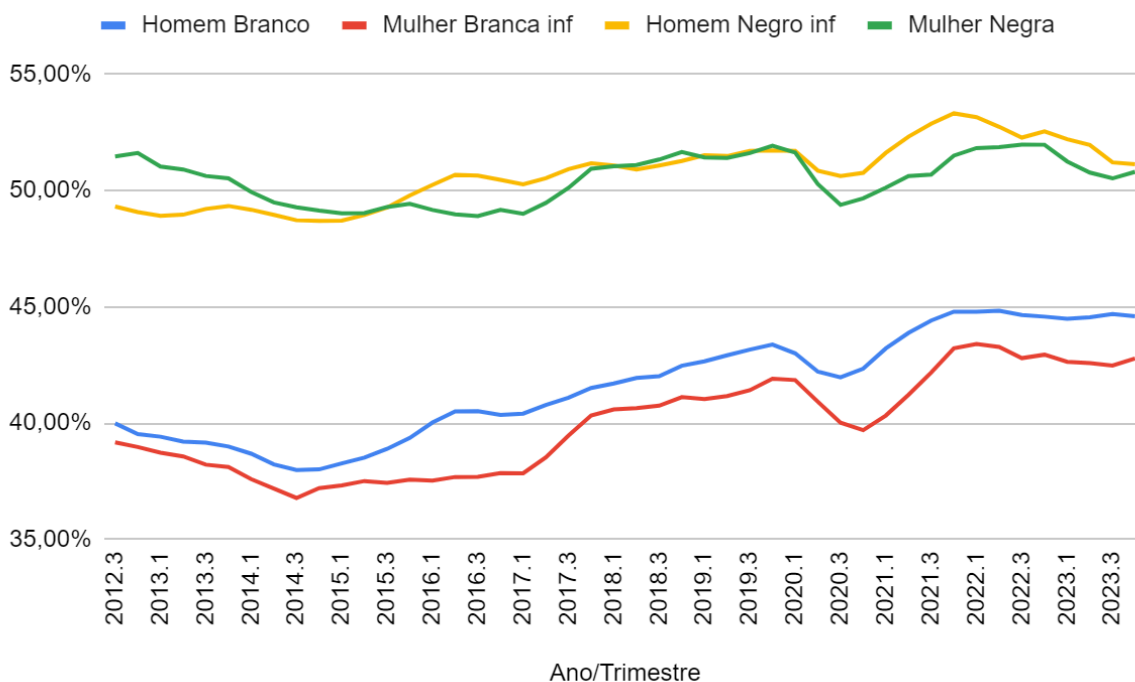
	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Negros	Mulheres Negras
Conseguiram emprego na semana de referência	1.501.573	1.841.591	2.780.626	3.587.323
Menos de 1 mês	18,9%	12,9%	21,7%	14,3%
De 1 mês a menos de 1 ano	48,6%	43,8%	47,3%	40,5%
De 1 ano a menos de 2 anos	11,2%	12,7%	9,8%	12,5%
2 anos ou mais	21,3%	30,6%	21,2%	32,6%

Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

Sem grandes surpresas, esse acúmulo de barreiras aprofunda a desigualdade nas formas de inserção. Nos Gráficos 2 temos a informalidade por gênero e raça. Os dados acerca da informalidade demonstram a aderência da caracterização contemporânea do trabalho à abordagem Lélia Gonzalez. A informalidade caracteriza-se por não ter acesso à proteção social e ter menores rendimentos. No mercado de trabalho brasileiro, a informalidade é predominantemente negra. Essa proporção, como apresentado anteriormente, remonta desde o início da proteção social formal com a CLT (Theodoro, 2022). Assim, essa barreira de entrada das pessoas negras ao mercado formal de

trabalho configura-se, na visão da autora, como parte estrutural do capitalismo dependente brasileiro, e que reforça o racismo na economia do país.

Gráfico 2 - Taxa de informalidade por raça e gênero, do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2023⁶



Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

Uma leitura do ranking de ocupações informais, sintetizado na Tabela 2, confirma que, entre 2012 e 2022, as mulheres negras se mantiveram majoritariamente nos serviços domésticos em geral — chegando, por exemplo, a 12,25% em 2012 e 9,30% em 2022 no topo das ocupações femininas negras. De acordo com diversos autores (Segato, 2006; Gonzalez, 2020a), essa presença persistente no trabalho doméstico reafirma a sensação de inferioridade e a desumanização vivenciadas por essas trabalhadoras em relação à população branca, pois reproduz papéis historicamente relegados à mulher negra e limita suas possibilidades de inserção em espaços ocupacionais de maior remuneração ou prestígio.

Por fim, no Gráfico 3 se apresenta o rendimento médio geral, enquanto o Gráfico 4 exhibe o rendimento médio dos trabalhadores informais. Em ambos os casos, observa-se que a população negra enfrenta diversas barreiras de ingresso e permanência, traduzidas em rendimentos menores ao longo de toda a série histórica, comparativamente à população branca. Em várias observações, as mulheres negras recebem menos da metade do rendimento médio percebido pelos homens brancos.

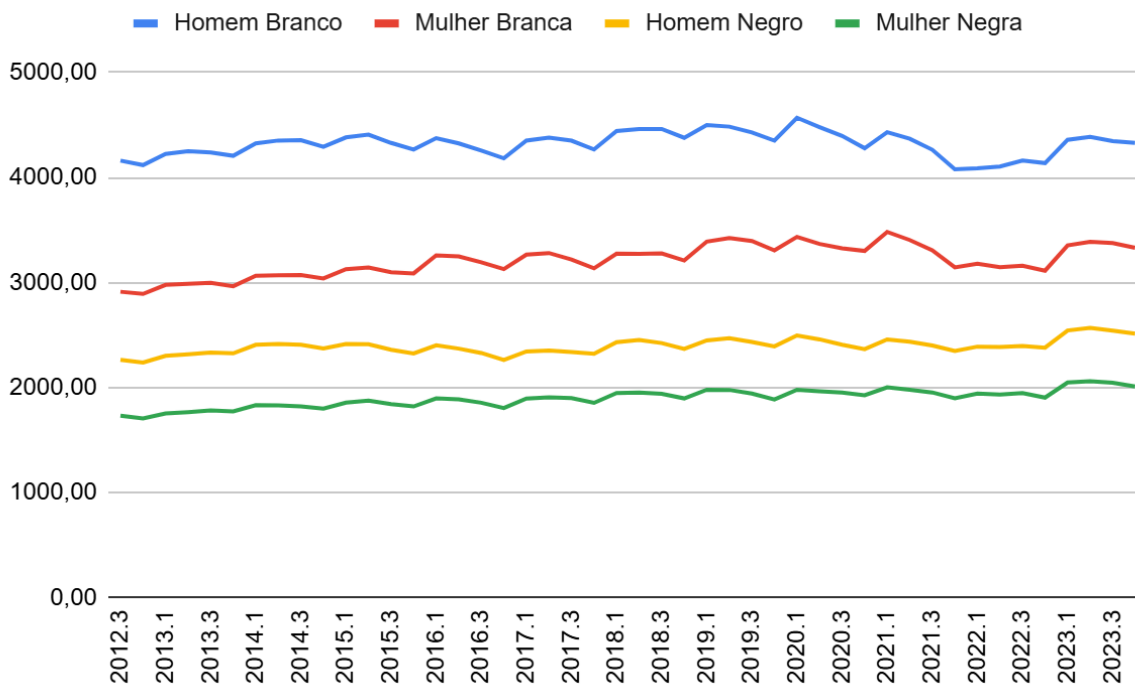
⁶ Para cálculo da Informalidade, foi considerada a metodologia do Boletim Trimestral do CESIT/Unicamp (Teixeira, Saliba e Oliveira, 2025).

Tabela 3 - Ocupação dos trabalhadores informais, por raça e gênero, ordenados por maior frequência

	Homem Branco			Mulher Branca			Homem Negro			Mulher Negra		
	1T2012	3T2016	1T2022	1T2012	3T2016	1T2022	1T2012	3T2016	1T2022	1T2012	3T2016	1T2022
1º	Pedreiros (3,70%)	= (3,73%)	Agricultores (exc. hortas) (3,40%)	Serviços domésticos em geral (6,13%)	= (5,20)	= (5,00%)	Pedreiros (5,26%)	= (6,13%)	= (5,00%)	Serviços domésticos em geral (12,25%)	= (10,53%)	= (9,30%)
2º	Agricultores (exc. hortas)	=	Pedreiros	Balconistas e vendedores de loja	Espec. em tratam. de beleza	=	Agricultores (exc. hortas)	=	=	Balconistas e vendedores de loja	Espec. em tratam. de beleza	=
3º	Elementares da Agricultura	Criad. de gado	Condut. de autom., táxis e caminhon.	Operadores de Máquina de Costura	Balconistas e vendedores de loja	Comerc. de lojas	Elementares da Agricultura	Element. da Constr. de Edifícios	=	Operadores de Máquina de Costura	Comerc. de lojas	=
4º	Element. da construção de edifícios	Comerc. de lojas	=	Especialistas em tratamento de beleza	Comerc. de lojas	Vended. domicílio	Element. da Constr. de Edifícios	Element. da Agric.	=	Element. agricultura	Balc. e vend. de lojas	Vended. domicílio
5º	Criadores de gado	Condut. de autom., táxis e caminhon.	Criad. de gado	Agricultores (exc. hortas)	Cabeleireiros	Agricultores (exc. hortas)	Criad. de gado	Comerc. de lojas	Condut. de autom., táxis e caminhon.	Especialistas em tratamento de beleza	Vended. domicílio	Cuidad. de crianças
6º	Balconistas	Condut. de caminhões pesados	Element. da constr. de edifícios	Cabeleireiros	Agricultores (exc. hortas)	Cabeleireiros	Condutores de automóveis, táxis e	Criad. de gado	Comerc. de lojas	Agricultores (exc. hortas)	Cuidad. de crianças	Cozinheiros

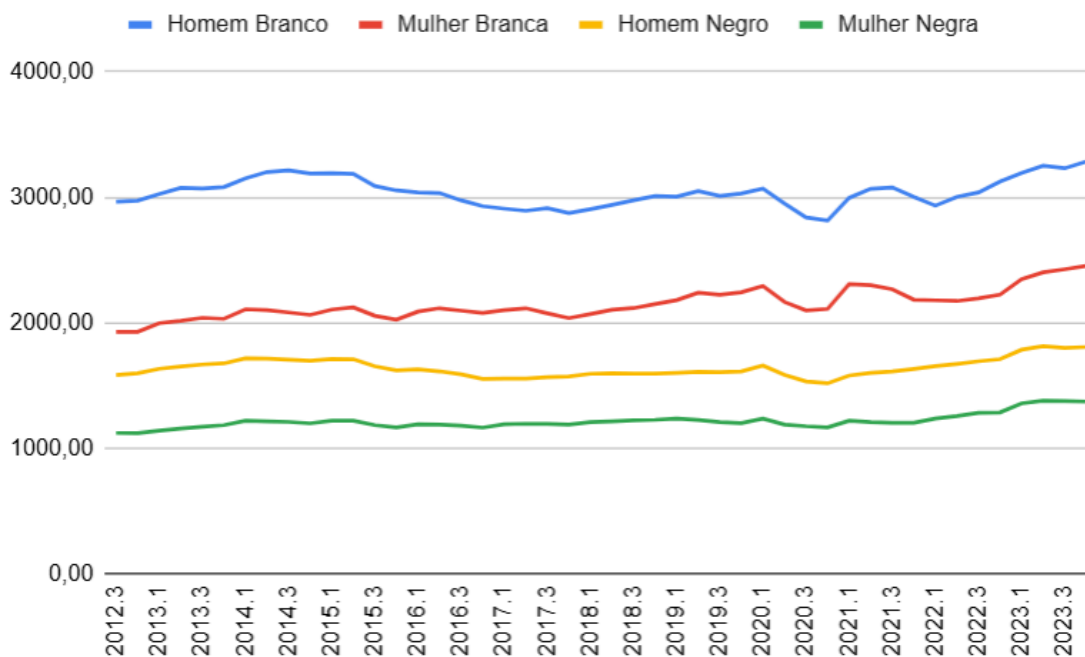
Fonte: IBGE (2024), IBGE (2010). Elaboração própria. “=” indica o mesmo cargo do trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 3 - Renda média por raça e gênero, do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2023, em valores reais e deflacionados com base no quarto trimestre de 2023



Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

Gráfico 4 - Renda média dos trabalhadores informais, por raça e gênero, do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2023, em valores reais e deflacionados com base no quarto trimestre de 2023



Fonte: IBGE (2024). Elaboração própria.

Como também foi exemplificado anteriormente, todo o cenário de precariedade na forma de inserção no mercado de trabalho configura as posições sociais de pessoas negras e brancas, homens e mulheres. As pessoas negras, principalmente as mulheres, têm maior dificuldade de ascensão social, sendo continuamente mantidas em posições de inferioridade, que reforça o ciclo de exclusão, discriminação e pobreza.

Os indicadores analisados ao longo desta seção apontam para a persistência de disparidades profundas no mercado de trabalho brasileiro, reforçando a perspectiva de Lélia Gonzalez de que o racismo e o patriarcalismo atuam como elementos estruturais na conformação das relações de emprego e renda. A taxa de participação, o desemprego, o tempo para conseguir emprego, a informalidade e a renda média reforçam tanto a permanência de uma massa marginal, na qual as pessoas negras são significativamente representadas, quanto a desigualdade entre homens e mulheres. Em particular, constata-se que as mulheres negras enfrentam as maiores barreiras de inserção, recebendo, na maioria das vezes, os menores salários e estando sujeitas a um conjunto de práticas discriminatórias que dificultam seu acesso a postos de trabalho formais ou de maior qualificação.

Esses resultados também ratificam a hipótese de que as proposições de Gonzalez mantêm alta aderência à realidade contemporânea: mesmo após as sucessivas transformações econômicas e sociais que ocorreram desde a década de 1980, o tratamento desigual reservado às populações negra e feminina perdura. Em suma, ainda que se verifiquem avanços pontuais — especialmente no que diz respeito à maior presença de mulheres no mercado de trabalho —, o cenário de concentração de renda, precariedade ocupacional e segregação ocupacional por raça e gênero permanece, sublinhando o quanto a teorização de Gonzalez segue relevante para a compreensão do capitalismo dependente brasileiro.

Conclusão

O presente artigo dedicou-se tanto à apresentação da abordagem econômico-racial de Lélia Gonzalez quanto à discussão da atualidade dessa abordagem, tomando como eixo a articulação entre classe, raça e gênero no capitalismo brasileiro. Partimos do entendimento de que, mesmo diante das intensas transformações promovidas pela precarização das relações trabalhistas e o aumento da informalidade, o pensamento da autora permanece relevante para explicar as desigualdades estruturais que caracterizam a economia nacional. Assim, o estudo estruturou-se em dois momentos complementares: primeiro, revisitamos a interpretação teórica de Gonzalez sobre o papel das hierarquias raciais e de gênero na conformação do mercado de trabalho e, em seguida,

avaliamos sua aderência ao contexto contemporâneo por meio de dados empíricos obtidos da PNAD Contínua entre 2012 e 2023.

A análise da abordagem econômica de Lélia Gonzalez permitiu constatar que o racismo não é um fenômeno secundário ou acessório, mas sim uma característica estruturante que molda profundamente o desenvolvimento econômico brasileiro. A autora demonstrou como categorias marxianas, tais como superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal, ajudam a revelar as formas materiais pelas quais as hierarquias raciais e de gênero se perpetuam, determinando inserções econômicas desiguais e funcionalmente articuladas aos diferentes regimes de acumulação – capital comercial, industrial competitivo e monopolista. Ao fornecer um arcabouço histórico-crítico, Gonzalez possibilitou compreender as desigualdades raciais como parte intrínseca das relações de trabalho e acumulação na Economia Brasileira.

Complementarmente, aprofunda-se a posição específica da população negra no mercado de trabalho, destacando a distinção entre marginalidade funcional e afuncional como chave explicativa para entender o papel estratégico da exclusão racial na reprodução do capitalismo dependente brasileiro. Valendo-se do conceito de “massa marginal” proposto por José Nun, ficou exposto que trabalhadores negros e trabalhadoras negras frequentemente ocuparam posições informais ou intermitentes, constituindo-se como força de trabalho supérflua ao capital monopolista, embora desempenhem funções essenciais à manutenção do sistema como um todo. Esse paradoxo da afuncionalidade não apenas aprofunda hierarquias raciais, como também atua como elemento estruturante, permitindo a sustentação ideológica e econômica das relações capitalistas e bloqueando possibilidades de rupturas sociais mais profundas.

Ademais, foi ressaltada a situação particular da mulher negra no contexto econômico brasileiro, a fim de avaliar a continuidade histórica de sua exploração na forma da dupla jornada de trabalho, marcada pelo acúmulo de atividades informais e precárias nas casas das famílias brancas e das pesadas responsabilidades domésticas em seus próprios lares. Essa dinâmica, derivada da antiga posição de "mucama", manteve a inserção econômica das mulheres negras restrita predominantemente ao setor de serviços pessoais, onde mecanismos sutis de exclusão, como exigências de escolaridade e "boa aparência", perpetuaram sua condição subalternizada. Assim, a persistente precarização da vida dessas mulheres assegurou a continuidade intergeracional da pobreza e da vulnerabilidade, revelando-se essencial à reprodução do padrão brasileiro de acumulação baseado na exploração racial e patriarcal.

Por fim, os dados empíricos reafirmam a pertinência da abordagem de Lélia Gonzalez sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo. Indicadores como taxa de participação, desemprego, informalidade e rendimento médio apontam para a permanência de padrões históricos que limitam sistematicamente as oportunidades ocupacionais da

população negra, tanto homens quanto mulheres. O conceito de massa marginal mostrou-se especialmente produtivo para explicar como segmentos expressivos da população negra continuam excluídos das formas mais estáveis e bem remuneradas de inserção laboral, permanecendo concentrados em ocupações precárias e informais. A condição das mulheres negras apareceu como particularmente crítica, marcada não apenas por menores salários e maior informalidade, mas também por tempo mais longo na busca por emprego e restrição a ocupações historicamente ligadas ao trabalho doméstico e ao cuidado. Portanto, mesmo considerando algumas mudanças ocorridas nas últimas décadas, a análise empírica confirma que as proposições de Gonzalez seguem fundamentais para compreender o papel estruturante do racismo e do patriarcalismo na Economia Brasileira atual, reforçando a hipótese central deste artigo.

Bibliografia:

ALTHUSSER, Louis et al. *Lire le Capital. V. II*. Paris: Maspero, 1967.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

GONZALEZ, Lélia. “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p. 25-44.

_____ “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p. 49-64.

_____ “A mulher negra no Brasil”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c, p. 158-170.

_____ “A questão negra no Brasil”. In. GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c, p. 183-190.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

IBGE– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação de ocupações para pesquisa domiciliares- COD, Rio de Janeiro, 17 junho 2010. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/anexos/anexo_7_ocupacao_cod.pdf. Acesso em: 04 jun 2024.

- IBGE– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/. Acesso em: 16 mai. 2025.
- LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. “Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)”. In. MARCONDES, Mariana et al (org) *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, p. 53-80, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039?locale=pt_BR. Acesso em: 21 mar. 2025.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política: Livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mal cidadão?*. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações “marginais”*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, P. 73-141,
_____ *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SEGATO, Rita. “O Édipo Brasileiro: A Dupla Negação de Gênero e Raça”. *Série Antropologia*, (400), 1-21. 2006. Disponível em: <http://dan2.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025
- SOUZA, Cristiane. “A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente”. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 2023, p. 16-35. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.301>
- TEIXEIRA, Marilane. SALIBA, Clara. OLIVEIRA, Caroline Lima. “Boletim trimestral: Edição especial 8 de março”. *CESIT*, 2024. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/boletim-trimestral-de-mercado-de-trabalho-especial-8-de-marco/>. Acesso em 15 mar. 2025
- THEODORO, Mário. *A Sociedade Desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Kayrós, 1985.